

No. 28032

**BRAZIL
and
URUGUAY**

**Agreement on cooperation in the field of water resources,
supplementary to the Basic Agreement on scientific and
technical cooperation. Signed at Artigas, Uruguay, on
11 March 1991**

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 18 April 1991.

**BRÉSIL
et
URUGUAY**

**Accord concernant la coopération dans le domaine des res-
sources hydrauliques, complémentaire à l'Accord de
base sur la coopération scientifique et technique. Signé à
Artigas (Uruguay) le 11 mars 1991**

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 18 avril 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados Partes"),

Em conformidade com o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, celebrado entre os dois Governos em 12 de junho de 1975;

Considerando a importância da Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Uruguai nas áreas de Recursos Hídricos, e

Com o intuito de intensificar essa colaboração e de aumentar o alcance e a eficiência do intercâmbio bilateral nesse setor;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As duas Partes decidem criar mecanismos de Cooperação Científica e Técnica na área de Recursos Hídricos, mediante:

- a) intercâmbio de experiência e informações;
- b) organização de programas de capacitação de pessoal técnico;

- c) organização de eventos abertos tais como seminários e conferências, e
- d) desenvolvimento conjunto de projetos de interesse mútuo.

ARTIGO II

O Governo brasileiro designa, como entidade executora dos projetos de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica na Área de Recursos Hídricos o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE do Ministério da Infra-Estrutura, e o Governo uruguaio designa, com a mesma finalidade, a "Dirección Nacional de Hidrografia" - DNH do Ministério de Transportes e Obras Públicas.

ARTIGO III

Os trabalhos a serem executados no âmbito deste Ajuste serão discriminados em projetos que serão elaborados de comum acordo, visando às seguintes atividades:

- a) intercâmbio nas áreas de planejamento, implantação e operação de rede hidrométrica, nos aspectos quantitativos e qualitativos;
- b) intercâmbio na área de gerenciamento de recursos hídricos;
- c) desenvolvimento de sistemas de informática em recursos hídricos;
- d) realização e participação em programas de capacitação de pessoal em recursos hídricos, e
- e) realização de eventos, tais como conferências e seminários;
- f) fomento e desenvolvimento de projetos conjuntos de estudos e pesquisas na área de recursos hídricos.

ARTIGO IV

1. O DNAEE e a DNH poderão, de comum acordo, solicitar ou aceitar a cooperação de outras instituições ou empresas nacionais de seus respectivos países.

2. Ademais, ambas as Partes se comprometem a facilitar a concessão de autorizações necessárias ao traslado das pessoas vinculadas ao presente Ajuste Complementar, assim como outorgar as facilidades previstas nos Artigos V e VI do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

ARTIGO V

1. No que se refere ao intercâmbio de experiências, previsto no item a) do Artigo I acima, cada entidade executora será responsável pelos gastos de transporte e estada de pessoal da outra Parte, designado para cooperar com ela em seu país.

2. Os gastos necessários para a prestação dos serviços técnicos, previstos nos itens b) e c) do Artigo I acima, serão cobertos de acordo com uma escala estabelecida entre as duas entidades executoras.

3. O financiamento necessário à execução das atividades compreendidas no presente Ajuste Complementar será oriundo de recursos próprios das entidades executoras, pelos respectivos Governos ou por Bancos e Instituições Internacionais de Cooperação e Fomento.

ARTIGO VI

As entidades executoras acima se comprometem a não divulgar a terceiros, sem mútuo consentimento, os documentos que lhes sejam enviados em decorrência da aplicação do presente Ajuste Complementar. Igual tratamento será dispensado aos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas desenvolvidas no âmbito do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO VII

Com referência aos procedimentos necessários para a execução dos projetos ou programas, serão adotados, de comum acordo, normas e regulamentos internacionais conhecidos e utilizados em ambos os países.

ARTIGO VIII

1. Qualquer uma das Partes poderá comunicar à outra, por via diplomática, a suspensão do presente Ajuste Complementar, por prazo indeterminado, caso se veja impedida de cumprir com as obrigações previstas.

2. A suspensão não afetará a execução de quaisquer projetos ou programas levados a efeito com base neste Ajuste e ainda não completamente implementados quando da denúncia.

ARTIGO IX

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor 30 dias após a data de sua assinatura e terá vigência ilimitada, até que uma das Partes notifique à outra, por via diplomática, com antecedência de sessenta dias, sua intenção de denunciá-lo.

Feito em Artigas, aos | | dias do mês de março de 1991, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:
[Signed — Signé]¹

Pelo Governo
da República Oriental do Uruguai:
[Signed — Signé]²

¹ Signed by Francisco Rezek — Signé par Francisco Rezek.

² Signed by Héctor Gros-Espiel — Signé par Héctor Gros-Espiel.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN CIENTÍFICA Y TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY SOBRE COOPERACIÓN EN EL ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay (de ahora en adelante denominados "Partes")

De conformidad con el Acuerdo Básico de Cooperación Científica y Técnica, celebrado entre los dos Gobiernos el 12 de junio de 1975;

Considerando la importancia de la cooperación científica y técnica entre Brasil y Uruguay en las áreas de los recursos hídricos, y

Con la intención de intensificar esa colaboración y de aumentar el alcance y la eficiencia del intercambio bilateral en ese sector

Acuerdan lo siguiente:

Artículo I

Las dos Partes deciden crear mecanismos de cooperación científica y técnica en el área de recursos hídricos, mediante:

- a) Intercambio de experiencia e informaciones;
- b) Organización de programas de capacitación de personal técnico;
- c) Organización de eventos abiertos tales como seminarios y conferencias; y
- d) Desarrollo conjunto de proyectos de interés mutuo.

Artículo II

El Gobierno brasileño designa, como entidad ejecutora de los proyectos de cooperación técnica, científica y tecnológica en el área de recursos hídricos al "Departamento Nacional de Aguas e Energía Eléctrica" — DNAEE, del Ministerio de infraestructura y el Gobierno uruguayo designa, con la misma finalidad, a la Dirección Nacional de Hydrografía — DNH, del Ministerio de Transporte y Obras Públicas.

Artículo III

Los trabajos a ser ejecutados en el ámbito de este Acuerdo serán desglosados en proyectos que serán elaborados de común acuerdo, con miras a las siguientes actividades:

- a) Intercambio en las áreas de planificación, implementación y operación de red hidrométrica en los aspectos cuantitativos y cualitativos;
- b) Intercambio en el área de manejo de recursos hídricos;
- c) Desarrollo de sistemas de informática en recursos hídricos;

- d) Realización y participación en programas de capacitación de personal en recursos hídricos;
- e) Realización de eventos, tales como conferencias y seminarios; y
- f) Fomento y desarrollo de proyectos conjuntos de estudios e investigaciones en el área de recursos hídricos.

Artículo IV

LA DNAEE y la DNH podrán, de común acuerdo, solicitar o aceptar la cooperación de otras instituciones o empresas nacionales de sus respectivos países.

Además, ambas Partes se comprometen a facilitar la concesión de autorizaciones necesarias para el traslado de las personas vinculadas al presente Acuerdo Complementario, así como a otorgar las facilidades previstas en los artículos V y VI del Acuerdo Básico de Cooperación Científica y Técnica.

Artículo V

En los que se refiere al intercambio de experiencias previsto en el ítem *a*) del Artículo 1, arriba, cada entidad ejecutora será responsable por los gastos de transporte y estadía de personal de la otra parte, designado para cooperar con ella en su país.

Los gastos necesarios para la prestación de los servicios técnicos previstos en los ítems *b*) y *c*) del Artículo 1, arriba, serán cubiertos de acuerdo con una escala establecida entre las dos entidades ejecutoras.

El financiamiento necesario para la ejecución de las actividades comprendidas en el presente Acuerdo Complementario será cubierto por recursos propios de las entidades ejecutoras, por los respectivos Gobiernos o por bancos e instituciones internacionales de cooperación y fomento.

Artículo VI

Las entidades ejecutoras se comprometen a no divulgar e terceros, sin mutuo consentimiento, los documentos que les sean enviados como resultado de la aplicación del presente Acuerdo Complementario. Igual tratamiento será dispensado a los resultados de las investigaciones científicas y tecnológicas desarrollados en el ámbito del presente Acuerdo Complementario.

Artículo VII

Con referencia a los procedimientos necesarios para la ejecución de los proyectos o programas, serán adoptados, de común acuerdo, normas y reglamentos internacionales conocidos y utilizados en ambos países.

Artículo VIII

Cualquiera de las Partes podrá comunicar a la otra, por vía diplomática, la suspensión del presente Acuerdo Complementario, por plazo indeterminado, en el caso de que se vea impedida de cumplir con las obligaciones previstas.

La suspensión no afectará la ejecución de ninguno de los proyectos o programas llevados a cabo en base a este Acuerdo y aún no completamente implementados en el momento de la denuncia.

Artículo IX

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor 30 días después de la fecha de su firma y tendrá vigencia ilimitada hasta que una de las Partes notifique a la otra, por vía diplomática, con antelación de sesenta días, su intención de denunciarlo.

HECHO en Artigas, a los 11 días del mes de marzo de 1991, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa del Brasil:
[Signed — Signé]¹

Por el Gobierno
de la República Oriental del Uruguay:
[Signed — Signé]²

¹ Signed by Francisco Rezek — Signé par Francisco Rezek.

² Signed by Héctor Gros-Espiel — Signé par Héctor Gros-Espiel.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY ON COOPERATION IN THE FIELD OF WATER RESOURCES SUPPLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT ON SCIENTIFIC AND TECHNICAL COOPERATION²

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of the Eastern Republic of Uruguay
(Hereinafter referred to as “the Parties”),

In accordance with the Basic Agreement on Scientific and Technical Cooperation concluded between the two Governments on 12 June 1975,²

Bearing in mind the importance of scientific and technical cooperation between Brazil and Uruguay in the field of water resources, and

With the aim of intensifying that cooperation and increasing the scope and effectiveness of bilateral exchanges in this sector,

Have agreed as follows:

Article I

The two Parties hereby decide to establish scientific and technical cooperation mechanisms in the field of water resources, through:

- (a) Exchanges of experience and information;
- (b) The organization of training programmes for technical staff;
- (c) The organization of public events such as seminars and lectures; and
- (d) The joint development of projects of mutual interest.

Article II

The Brazilian Government hereby designates the National Department of Water and Electric Power (DNAEE) of the Ministry of Infrastructures as executing agency for technical, scientific and technological cooperation projects in the field of water resources, and the Uruguayan Government hereby designates the National Hydrographic Department (DNH) of the Ministry of Transport and Public Works for the same purpose.

Article III

The works to be carried out under this Agreement shall be divided into projects to be drawn up by mutual agreement and covering the following activities:

¹ Came into force on 10 April 1991, i.e., 30 days after the date of signature, in accordance with article IX.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 1036, p. 137.

- (a) Exchanges in the fields of the planning, establishment and operation of hydrometric systems as regards quality and quantity;
- (b) Exchanges in the field of water resources management;
- (c) Development of computer systems for water resources;
- (d) Implementation of and participation in staff training programmes on water resources;
- (e) Organization of events such as lectures and seminars;
- (f) Promotion and development of joint study and research projects in the field of water resources.

Article IV

1. DNAEE and DNH may, by mutual agreement request or accept the cooperation of other national institutions or enterprises in their own country.
2. In addition, both Parties undertake to facilitate the granting of the necessary authorizations for the transfer of persons connected with this Supplementary Agreement and to provide the facilities mentioned in article V and VI of the Basic Agreement on scientific and technical cooperation.

Article V

1. In connection with the exchanges of experience provided for in article I (a) above, each executing agency shall be responsible for the transport costs and living expenses of staff from the other Party appointed to cooperate with it in its country.
2. The costs of providing the technical services referred to in subparagraphs (b) and (c) of article I above shall be covered according to a scale to be established between the two executing agencies.
3. The financing needed to carry out the activities included in this Supplementary Agreement shall be obtained from the executing agencies' own resources, from their respective Governments and from international banks and institutions for cooperation and development.

Article VI

The above-mentioned executing agencies undertake not to disclose to third parties, without each other's consent, any documents that may be sent to them in connection with the implementation of this Supplementary Agreement. The same treatment shall apply to the findings of any scientific and technological research carried out under the terms of this Supplementary Agreement.

Article VII

With reference to the necessary procedures for carrying out projects or programmes, international rules and regulations recognized and used in both countries shall be adopted by mutual agreement.

Article VIII

1. Either Party may notify the other, through the diplomatic channel, of the suspension of this Supplementary Agreement for an unspecified period if it is unable to meet the obligations provided for therein.

2. Such suspension shall not affect the implementation of any projects or programmes already put into effect in the basis of this Agreement and not yet completed at the time of its denunciation.

Article IX

This Supplementary Agreement shall enter into force 30 days after the date of its signature and shall remain in force indefinitely unless one of the Parties notifies the other, giving 60 days' notice, through the diplomatic channel, of its intention to denounce it.

DONE at Artigas, on 11 March 1991, in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:
[FRANCISCO REZEK]

For the Government
of the Eastern Republic of Uruguay:
[HÉCTOR GROS-ESPIEL]

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY CONCERNANT LA COOPÉRATION DANS LE DOMAINE DES RESSOURCES HYDRAULIQUES, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE SUR LA COOPÉRATION SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE²

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et
Le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay
(Ci-après dénommés « les Parties »),

Conformément à l'Accord de base sur la coopération scientifique et technique, conclu entre les deux gouvernements le 12 juin 1975²;

Considérant l'importance de la coopération scientifique et technique entre le Brésil et l'Uruguay dans le domaine des ressources hydrauliques;

Dans le but d'intensifier cette collaboration et d'étendre la portée et le rendement des échanges bilatéraux dans ce secteur,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Les deux Parties décident de créer des mécanismes de coopération scientifique et technique, dans le domaine des ressources hydrauliques, en recourant aux moyens suivants :

- a) Echange d'informations et de données d'expérience;
- b) Organisation de programmes de formation de personnel technique;
- c) Organisation de manifestations ouvertes telles que séminaires et conférences; et
- d) Elaboration en commun de projets d'intérêt mutuel.

Article II

Le Gouvernement brésilien désigne, comme agent d'exécution des projets de coopération technique, scientifique et technologique dans le domaine des ressources hydrauliques, le Département national des eaux et de l'énergie électrique (DNAEE) du Ministère de l'infrastructure, et le Gouvernement uruguayen désigne, à la même fin, la Direction nationale d'hydrographie (DNH) du Ministère des transports et des travaux publics.

Article III

Les travaux à réaliser dans le cadre du présent Accord sont organisés en projets à élaborer d'un commun accord s'inscrivant dans les catégories ci-après :

¹ Entré en vigueur le 10 avril 1991, soit 30 jours après la date de la signature, conformément à l'article IX.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1036, p. 137.

- a) Echanges dans les domaines de la planification, de l'implantation et de l'exploitation de réseaux hydrométriques, des points de vue quantitatifs et qualitatifs;
- b) Echanges dans le domaine de l'aménagement des ressources hydrauliques;
- c) Elaboration de systèmes informatiques pour les ressources hydrauliques;
- d) Réalisation de programmes de formation de personnel en ressources hydrauliques et participation à ces programmes;
- e) Réalisation de manifestations telles que conférences et séminaires;
- f) Promotion et élaboration de projets communs d'études et de recherches dans le domaine des ressources hydrauliques.

Article IV

1. Le DNAEE et la DNH peuvent, d'un commun accord, demander ou accepter la coopération d'autres institutions ou entreprises de leur pays.
2. En outre, les deux parties s'engagent à faciliter la délivrance des autorisations nécessaires au déplacement des personnes au titre du présent Accord complémentaire et à accorder les facilités prévues aux articles V et VI de l'Accord de base sur la coopération scientifique et technique.

Article V

1. En ce qui concerne l'échange de données d'expérience, visé à l'alinéa a de l'article premier ci-dessus, chaque agent d'exécution prend en charge les frais de transport et de séjour du personnel de l'autre Partie, qui est désigné pour collaborer avec ledit agent dans le pays de celui-ci.
2. Les frais nécessaires à la prestation des services techniques visés aux alinéas b et c de l'article premier ci-dessus sont couverts selon une échelle convenue entre les deux agents d'exécution.
3. Le financement nécessaire à l'exécution des activités visées par le présent Accord complémentaire provient des fonds propres des agents d'exécution ou est fourni par les gouvernements respectifs, ou par des banques et institutions internationales de coopération et de développement.

Article VI

Les agents d'exécution ci-dessus s'engagent à ne pas divulguer à des tiers, sans en être convenus d'un commun accord, les documents dont ils sont saisis au titre de l'exécution du présent Accord complémentaire. Il en va de même des résultats des travaux de recherche scientifique et technologique réalisés dans le cadre dudit Accord complémentaire.

Article VII

S'agissant des modalités d'exécution des projets ou programmes, des normes et règlements internationaux doivent être adoptés d'un commun accord, puis diffusés et mis en œuvre dans les deux pays.

Article VIII

1. Chacune des Parties peut notifier à l'autre, par la voie diplomatique, la suspension du présent Accord complémentaire pour une durée indéfinie, au cas où elle est empêchée d'en respecter les obligations.

2. Ladite suspension n'affecte aucunement le déroulement des projets ou programmes réalisés dans le cadre du présent Accord complémentaire, qui sont en cours d'exécution au moment de la dénonciation.

Article IX

Le présent Accord complémentaire entre en vigueur 30 jours après la date de sa signature et il a une durée illimitée, jusqu'à ce que l'une ou l'autre des Parties notifie à l'autre, par la voie diplomatique et avec un préavis de 60 jours, son intention de le dénoncer.

FAIT à Artigas, le 11 mars 1991, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes étant également authentiques.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

[FRANCISCO REZEK]

Pour le Gouvernement
de la République orientale
de l'Uruguay :

[HÉCTOR GROS-ESPIEL]
